



Reabilitando os pensadores antigos para uma Linguística no século XXI

Fábio Fortes¹; Eduardo Lacerda Faria Rocha²; Fernando Adão Sá Freitas³;
Henrique Silva Moraes⁴ & Hudson Carlos Alves da Silva⁵

Resumo:

Perspectiva histórica tem sido, nos últimos anos, revalorizada no âmbito da Linguística. Entretanto, a apropriação de elementos do passado nem sempre se realiza levando em conta qualquer aspecto teórico ou metodológico que envolvem a leitura de um texto antigo. Neste trabalho, pretendemos dar nossa contribuição ao delineamento de alguns aspectos teóricos e metodológicos que precisam emergir sempre que se deseja lidar com tratados metalinguísticos do passado, assim como refletir sobre possíveis contribuições que os Estudos Clássicos podem oferecer à Historiografia da Linguística.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística; Estudos Clássicos; Linguística; perspectiva histórica

Abstract:

Historical perspective has been recently revalued by the field of Linguistics. However, the appropriation of past elements in order to make a sort of 'History of this discipline' has not always been carried out taking into account any methodological and theoretical aspects involving the reading of an ancient text. In this paper, we aim at giving our contribution to designing some methodological and theoretical aspects which must come out whenever dealing with metalinguistic treatises from ancient times, as well as reflecting on possible contributions that the Classical Studies can effectively provide to the Historiography of Linguistics.

Keywords: Historiography of Linguistics; Classical Studies; Linguistics; historical perspective

¹ Professor Adjunto de Latim e Grego Clássico da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e membro do Programa de Estudos em Representações da Antiguidade (PROAERA).

² Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é Professor substituto de Língua Latina e Literatura na UFJF.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Fortes.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Fortes.

⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Fortes.



Linguística e História

Apesar de, ao longo dos séculos, os textos gramaticais da Antiguidade greco-latina terem despertado grande interesse em estudiosos de diferentes áreas do conhecimento – classicistas, historiadores da educação, paleógrafos, filólogos, entre outros – poderíamos dizer ser relativamente recente a sua inclusão na pauta dos estudiosos da Linguística, enquanto um campo de investigação científica moderna.

Mesmo entre os classicistas, como observa Vivien Law (1993, p. 2), os tratados gramaticais antigos pareciam prescindir de um “valor intrínseco”, que justificasse o interesse em sua pesquisa. Por outro lado, diferente dos antigos tratados em torno da linguagem – muitas vezes considerados áridos e sem sal – os textos poéticos, retóricos e filosóficos, em virtude seus méritos estéticos ou conceituais, sempre gozaram da predileção entre os estudiosos da Antiguidade, o que, certamente, colocava o estudioso da tradição gramatical antiga na estranha posição de ter que se justificar, ou mesmo desculpar-se, pela sua escolha⁶.

No entanto, em que pese o seu desprestígio enquanto fonte de estudos *per se*, o gênero gramatical antigo jamais deixou de ser visto como uma espécie de repositório de informações úteis, um manancial de dados armazenados a que linguistas, estudiosos da literatura e filólogos vez ou outra recorriam para obter dados relevantes para seus estudos. É por isso que gramáticos como Donato e Prisciano, ao lado de autores latinos canônicos, como Cícero, por exemplo, sempre figuraram em diferentes compêndios de gramática moderna do latim ou fundamentaram verbetes de dicionários, embora fossem autores cuja obra permanecesse à sombra das correntes principais dos Estudos Clássicos. Em uma perspectiva lexicológica, por exemplo, os textos gramaticais eram vistos como um arquivo de evidências de usos da língua latina, no qual se poderia ter acesso a um vocabulário e terminologia específicos e,

⁶ Como afirma Vivien Law (1993, p. 2): “Unlike literary historians, those scholars who choose to study early medieval grammars have almost invariably felt obliged to justify or even to apologize for their choice”.

portanto, pareciam oferecer uma descrição de certo estado da língua imprescindível para o estudioso moderno. Do ponto de vista filológico e literário, o interesse nos textos gramaticais antigos se restringia ao fato de que neles era possível pinçar versos, trechos em prosa, citações, às vezes as únicas atestadas de determinado poeta ou prosador, permitindo a reconstituição de fontes e textos.

Essas duas perspectivas, no entanto, reduziam os textos gramaticais à sua função instrumental, enquanto fonte de evidências variadas para estudos centrados nas perspectivas da análise da língua latina, segundo teorias e modelos a eles extemporâneos, ou, ainda, como uma colagem de citações de autores literários, para oferecer material para um estudo que, de igual modo, não tinha como foco o próprio texto desses autores. Em ambos os casos, estudos que se produziam a partir de material coletado nas gramáticas antigas não colaboravam significativamente para a compreensão do lugar desses textos na tradição, de seu funcionamento e de sua organização no sistema cultural antigo, de forma que, como afirmava Law na passagem aludida, se o pesquisador quisesse falar um pouco mais sobre tais autores, precisaria, de certo modo, justificar-se até mesmo entre seus pares, classicistas e filólogos.

Por outro lado, com a consolidação da Linguística Moderna, no século XX, enquanto um campo autônomo de reflexões sobre as línguas, essencialmente diferente da filologia e das perspectivas históricas comparatistas praticadas até meados do século XIX, os autores que a inauguraram e se tornaram referências teóricas nesse campo tiveram como primeiro paradigma o estudo imanente das línguas “nelas e por elas mesmas”⁷, numa reação ao mesmo tempo adversária da história e também da tradição filológica⁸. Em nome da “nova ciência”, fundada com o selo do estruturalismo, cumpria aos linguistas investigar um sistema linguístico abstrato, socialmente construído, mas cujos falantes e cultura minimamente importavam para as análises que se empreendiam: para continuarmos com Saussure, interessava aos

⁷ Cf. Saussure, 1973, p. 28

⁸ Embora seja verdade que Saussure assumia duas dimensões que comporta o estudo linguístico (a dimensão histórica ou diacrônica e a dimensão estática ou sincrônica), conforme nos relembra Faraco (2005, p. 96 e seguintes), essa rigorosa distinção metodológica, na primeira fase do Estruturalismo linguístico, consagra a abstração teórica do estudo sincrônico puro como objeto privilegiado de análise, opondo-se fortemente às perspectivas mais ou menos historicistas que lhe precederam, entre as quais a própria filologia.

linguistas a apreensão da *langue*, o “sistema linguístico”, uma abstração somente possível teoricamente, cuja compreensão se perseguia em detrimento de suas imbricações estilísticas, estéticas, sociais que o fenômeno da linguagem engendra, isto é, sua *parole*⁹.

O fato por demais curioso é que os teóricos fundadores da Linguística não deixaram, eles mesmos, de produzir diferentes “histórias da Linguística”, delas derivando uma espécie de discurso de legitimação da diferença e da especificidade de sua “nova ciência”. Esses relatos compreendem desde seções no interior de textos programáticos, como, por exemplo, o capítulo introdutório do *Curso de linguística geral*, atribuído a Saussure, cuja primeira edição, organizada por C. Bally, A. Sechehaye e A. Riedlinger, saiu a lume em 1916¹⁰ – ou mesmo no interior das obras de linguistas tais como Otto Jespersen¹¹ e Leonard Bloomfield¹²; até mesmo textos especificamente dedicados a escrever uma “História da Linguística”, como o *A Short History of Linguistics* (1967), do linguista inglês Robert Robins e a *História da Linguística*, do brasileiro Mattoso Camara Júnior (1970)¹³, originalmente escrito em inglês. Nessas diferentes histórias, existe o reconhecimento e a menção à chamada “herança grega e latina”¹⁴, como indício de um passado que, embora diverso e

⁹ Conforme Ilari (2004, p. 59): “nenhuma outra escola linguística, até Saussure, tinha afirmado com tanta força a separação entre a dimensão individual e a dimensão social do funcionamento da linguagem. Segundo Saussure, os estruturalistas não só entenderam que seria preciso tratar separadamente do comportamento linguístico das pessoas e das regras a que obedece esse comportamento, mas ainda entenderam que o uso individual da linguagem (a *parole*) não poderia ser objeto de um estudo realmente científico”. Essencialmente, esse privilégio concedido à forma, à abstração do sistema e às regras da linguagem, em detrimento do uso real, do primado da mudança e das complexas consequências do discurso, resistiu fortemente, ao menos até meado do século passado, com o advento e a consolidação de novas correntes do pensamento linguístico, entre eles a Sociolinguística e a Análise do Discurso, com as obras, por exemplo, de Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006]), e Pêcheux (1975).

¹⁰ Com Ilari (2004, p. 56), é preciso compreender, ainda, o caráter problemático do próprio texto de Saussure e de sua interpretação ao longo do tempo: “É preciso então lembrar que o estruturalismo linguístico, se teve como referência constante as ideias constantes no *Cours de linguistique générale*, foi também sendo alimentado pela descoberta desses outros Saussures supostamente ‘mais verdadeiros’, cujas ideias estão em relação dialética com as do primeiro. Como essa dialética não aparece no *Cours*, podemos dizer que o livro foi fruto de uma simplificação excessiva, que contribuiu para o seu enorme sucesso, mas também pode ser encarada como uma de suas principais fraquezas”.

¹¹ *Language: its nature, development and origin* (1922).

¹² *Language* (1933).

¹³ Além destes, poderíamos elencar ainda: *A Linguística cartesiana* (1966), de Noam Chomsky; *Histoire de la linguistique* (1970), de Georges Mounin; *Introdução à linguística teórica* (1979), de John Lyons, neste último contendo apenas um capítulo introdutório sobre essa “história”.

¹⁴ Robins (1967, p. 9) chega a afirmar que: “It’s simply that the Greek thinkers on language and on the problems raised by linguistic investigations initiated in Europe the studies that we can call linguistic

distante, não se poderia passar incólume na constituição de um pensamento histórico sobre as perspectivas analíticas da linguagem.

No entanto, embora tais manuais proponham o exame de autores que vão de Platão a Dionísio Trácio; de Varrão a Prisciano, a extensão do arco temporal recoberto e a complexidade dessas obras antigas – em sua maioria sem qualquer tradução moderna, e também, em muitos casos, apresentada em edições já bastante suscetíveis de problematização¹⁵ – inviabilizam uma análise mais demorada e cuidadosa da obra particular desses muitos autores. Em grande medida, a obra dos gregos e latinos era, então, resolvida através de comentários vagos e, muitas vezes, imprecisos daquilo que os próprios linguistas chamariam de “pré-linguística”, para utilizarmos o termo proposto por Mattoso Câmara Júnior que designa, genericamente, a contribuição dos antigos para a moderna ciência da linguagem. Resultava disso, sem dúvida, um olhar que não buscava efetivamente compreender o lugar de tais textos/discursos na cultura. Em vez disso, conforme analisa Auroux (1992), os primeiros historiadores da Linguística, olhando retrospectivamente para a “pré-história” de sua disciplina,

partilham o mesmo preconceito de querer fazer a história da *linguística concebida como uma ciência*, isto é, como uma forma de saber cuja organização e propriedades seriam estáveis, chegando Mounin a distribuir informações segundo as etiquetas emprestadas à teoria da moda de quando escrevia (Auroux, 1992, p. 12).

Esses trabalhos parecem ter em vista quatro objetivos principais conforme assinala Marcos Aurelio Pereira (2003, p. 38):

1) legitimar uma prática crítica ou analítica (os textos “clássicos” se revestem, então, de certa *auctoritas*);

Science in its widest sense, and that this Science was a continuing focus of interest from ancient Greece until the present day.”

¹⁵ Tal é o caso, por exemplo, das edição de Heinrich Keil, que culminou, no século XIX, com a compilação da maior parte dos *grammatici Latini* (1855-1880) e dos *grammatici Graeci* (1978-1910). Embora fundamental, em muitos casos sendo a única edição moderna disponível, o trabalho do filólogo alemão não está imune a muitos problemas textuais que ainda esperam ser resolvidos.

- 2) detectar os “equivocos” das análises linguísticas anteriores ao advento do “estudo científico” da linguagem;
- 3) demonstrar que os antigos teriam “inspirado” as teorias modernas e
- 4) mostrar que os antigos (especialmente os gregos) já tratavam de temas contemporâneos, ainda que parcialmente, o que, de fato, “salvaria” seus textos e sua “ciência”.

Em outras palavras, isso quer dizer que eles tinham em comum um olhar para o discurso gramatical antigo sem um esforço para se livrar dos (pre)conceitos de um *modus cogitandi* das ciências contemporâneas, produzindo, em suma, uma espécie de “espelhamento às avessas” (Pereira, 2003, p. 38). Nesse sentido, sem revelar qualquer esforço metodológico de distanciamento, tornava-se patente a equiparação sistemática de categorias antigas e modernas, enquanto heurística fundamental, como se conceitos tão apartados no tempo fossem partes de um mesmo discurso, homogêneo e ininterrupto.

No entanto, a partir da década de 70, com a realização da primeira edição do *International Conference on the History of the Language Science (ICHoLS)*¹⁶, inaugurou-se um novo tratamento a ser dado aos textos que constituíam a história do pensamento gramatical. Vinculada ao surgimento dos periódicos *Historiographia Linguistica* (1974), *Histoire Épistemologie Langage* (1979) e a outros que lhe seguiram, em diferentes partes do mundo, como a *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (1991), *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (2002), entre outras, no âmbito da própria Linguística, propôs-se a estudar textos metalinguísticos de diferentes épocas – incluindo os da Antiguidade – com o intento de compreender diferentes representações historicamente construídas sobre as línguas e as linguagens. Sendo assim, o foco não estava mais em provar ou ilustrar questões da práxis linguística contemporânea, mas em mapear diferentes percursos conceituais em torno das línguas, construídos a partir de textos que, em larga medida, chegaram até nos nossos dias.

¹⁶ Evento que se mantém ininterruptamente até os nossos dias. O próximo ICHoLS será realizado em Paris de 28 de Agosto a 01 de Setembro de 2017. Disponível em: <<http://ichols14.sciencesconf.org/>>.

Como afirma Swiggers (2013, p. 41), a nova Historiografia da Linguística, área que se consagrou a partir desses estudos, apresentou-se, então, como o estudo do desenvolvimento das ideias e das práticas linguísticas, sendo que os objetos primários que se deveriam estudar são os **textos** (publicados ou não publicados). Isso significa dizer que, para compreender a metalinguagem antiga, os linguistas se renderam à conclusão de que, diferente dos pioneiros, seria necessário abdicar de algumas concepções preestabelecidas a partir dos olhares contemporâneos sobre a linguagem, entre os quais aquela que considerava as línguas e a linguagem como objetos de estudo da própria Linguística (ou de outras ciências modernas, como a gramática ou a filologia), um objeto delimitado e essencialmente imanente.

Por mais que, na história, fosse impossível voltar a ser grego ou romano, por exemplo, e a pensar no mesmo diapasão dos antigos, a perspectiva desses autores buscou certa “precaução” diante dos textos a nós extemporâneos, numa perspectiva semelhante àquela proposta pelo historiador francês Jacques Le Goff:

Esta dependência da história do passado em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária, para que o respeite e evite o anacronismo (Le Goff, 2003, p. 26)

Segundo essa perspectiva, que se enriquece das discussões de meados do século passado, ganhando força já nas primeiras décadas do século XXI, o esforço de linguistas e classicistas movem-se no sentido de investigar o pensamento “linguístico” dos antigos tanto a fim de se ter acesso a dados relevantes sobre a cultura em que foram gestados, recebidos e transmitidos, quanto de se oferecer perspectiva histórica, por exemplo, ao moderno estudo da (socio)linguística, rendendo frutos talvez não irrelevantes para as ciências da linguagem de nosso tempo, mas ainda não inteiramente reconhecidos na comunidade linguística como um todo¹⁷.

¹⁷ O próprio Koerner, através das palavras de Schreyer (2000, p. 206), considera que, diferentemente do que se possa pensar numa perspectiva otimista, nem os historiadores, nem os linguistas *stricto sensu* parecem levar em consideração os já expressivos resultados desse tipo de pesquisa, de modo que o

Assim, para evitar um tipo de anacronismo inaceitável, que parecia caracterizar os trabalhos linguísticos em torno dos gramáticos antigos (Fortes, 2011), um dos pontos fundamentais dessa perspectiva é a compreensão do *corpus grammaticorum* a partir daquilo que Swiggers (2013) chama de “noção problemática de texto”, que envolve, entre outros fatores:

- 1) a sua inserção em circuito mais amplo (intertextos/ serialidade/ gêneros);
- 2) a sua posição nos sistemas culturais (cânon/margem; visão contemporânea ou retrospectiva; leituras e releituras; circulação e suporte);
- 3) a sua estrutura global (argumentação, modalidade elocutiva, movimentos internos da construção textual e linguística);
- 4) a natureza de seu papel dinâmico (se textos programáticos, textos de síntese, textos diluidores, textos de reação, textos de entorno).

Além disso, o estudo dos *grammatici* com vistas à compreensão de uma verdadeira “história da gramática”, tornaria necessário que o analista assumisse, ainda, aquilo que Auroux (1992, p. 12), caracterizou como “neutralidade epistemológica” e “historicismo moderado”. A neutralidade epistemológica diz respeito à noção de “ciência” (tomada como palavra descritiva, não normativa). Segundo Auroux, “não faz parte do nosso papel dizer se isto é mais ciência do que aquilo, mesmo se nos acontecer de sustentar que isto ou aquilo é concebido como ciência por este ou aquele critério”. Quanto ao historicismo moderado, ele consiste na concepção que prevê, em certa medida, independência entre o saber historicamente construído e os fenômenos inerentes à linguagem: o valor de um saber é dado de acordo com o grau de adequação desse saber a um fim dado (o que, entretanto, não deve conduzir ao “mito da incomparabilidade”, haja vista que a linguagem instancia fenômenos que, ao longo do tempo, podem ter a mesma natureza, como a sua relação com identidade cultural, norma, variação e mudança, organização lógica interna das palavras etc.).

historiador da linguagem parece restringir seus estudos para interlocutores igualmente historiadores da linguagem (KOERNER, 2004, p. 3-4).

A consequência desse tripé formado pela **noção problemática de texto**, associada ao princípio da **neutralidade epistemológica** e à **abordagem historicista moderada** deveria ser mitigar, de vez, aquela noção de ciência e de Linguística assentada sobre o mito do cientificismo progressista, homogêneo e estável, e produzir, em contra-partida, a noção de que os saberes da Linguística, como, de resto, de todo conhecimento, são

uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. [...] O saber (e as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói o seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa o seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 1992, pp. 11-12)

Algumas contribuições dos Estudos Clássicos à Linguística

Para a perspectiva de estudos de uma nova historiografia do pensamento linguístico, conforme se delineou no último item, resta-nos perguntar que contribuições os estudiosos dos textos antigos – os classicistas – podem eles mesmos oferecer, num esforço conjunto com os historiadores das ciências da linguagem. Acomodando-se no interior de linhas de pesquisa nas quais, na maior parte, o diálogo interdisciplinar é mais que uma proposta teórica, é condição mesmo de sobrevivência dos Estudos Clássicos no universo da pesquisa em Letras e Linguística em nosso país (haja vista, por exemplo, o desconhecimento dos “Estudos Clássicos” como domínio epistemológico próprio pelos agentes reguladores da ciência no Brasil, como a CAPES¹⁸) trabalhos que se produziram nesse período sobre o pensamento gramatical

¹⁸ A classificação de áreas da CAPES/CNPq conceitua área: “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”. Nessa classificação, os domínios de Letras (que inclui o estudo das literaturas vernácula, estrangeiras modernas e clássicas e das línguas vernácula, estrangeiras modernas e clássicas) e de Linguística (que abarca o estudo das teorias e correntes da Linguística) são áreas distintas dentro da mesma grande área. Não existe uma área unificada

antigo – a partir de obras de gramáticos, mas também da de retóricos e filósofos gregos e latinos – têm oferecido importante contribuição, que ainda resta ser mapeada e colocada em perspectiva, para o estabelecimento de uma “história do pensamento antigo sobre a linguagem”.

Poderíamos citar, no rol desses trabalhos, ainda na década de 80, o trabalho de Maria Helena de Moura Neves (*A vertente grega da gramática tradicional*, 1986) que abriu, sem dúvida, uma possibilidade de retorno aos textos gramaticais gregos para pensar não somente seu lugar na história da tradição conceitual antiga, mas também suas relações com os saberes modernos, no caso, o da constituição daquilo que já esteve mais em voga de se combater nas frentes linguísticas: a assim chamada “gramática tradicional”. Outros trabalhos produzidos nas décadas de 90 e 2000, sobre autores como Quintiliano, Aulo Gélío, Donato, Prisciano, Thomas Erfurt, Mário Vitorino, entre outros, em trabalhos de conclusão de curso de Mestrado e Doutorado, têm se tornado referência de uma abordagem de pesquisa em Estudos Clássicos que possibilita um diálogo forte entre a História das Ciências da Linguagem e o discurso metalinguístico em grego e latim – já que tais obras ocupam, de certo modo, espaço relevante na cultura antiga, tardo-antiga ou medieval – e, ao mesmo tempo, oferece um ponto de vista que permite relativizar e repensar práticas epistemológicas recentes da própria Linguística como um todo¹⁹.

Para ilustrar esse ponto, percorramos, de forma exploratória, alguns exemplos que nos permitirão vislumbrar ao menos três dimensões do problema às quais os classicistas podem dar sua contribuição: 1. a longa duração da terminologia técnica da gramática e sua recepção moderna, 2. o contexto sociolinguístico que se depreende refletido nos textos gregos e latinos e 3. os problemas relativos à demarcação de uma identidade linguística e cultural relativa às duas línguas antigas, o grego e o latim.

semelhante aos “Estudos Clássicos”, que englobassem questões de interpretação de textos antigos, tradução e estudo nos moldes interdisciplinares tal como se pratica no Brasil e no mundo.

¹⁹ Cf. Koerner (2003, p. 381): “The history of Linguistics may well serve as a guard against exaggerated claims in terms of novelty, originality, breakthrough, and revolution in our (re)discoveries and, thus, lead to a less polemic kind of scientific discourse, or, as the late Paul Garvin suggested many years ago (Garvin 1970), a ‘moderation in linguistic theory’.”

A longa duração da terminologia gramatical

Para iniciarmos com um conceito que parece ainda produtivo nos modernos estudos linguísticos, o de classes de palavras, *i.e.* a unidade mínima significativa da sentença, poderíamos perguntar: será que os conceitos modernos de palavra, constituinte, sintagma, classes etc., amplamente empregados teoricamente pelos estudiosos das línguas em diferentes vertentes teóricas²⁰, teriam correspondentes nas teorias antigas, haja vista a sua permanência na tradição, ao menos do ponto de vista terminológico? Aquilo que hoje chamamos de *sintaxe*, por exemplo, seria o mesmo domínio que os antigos gregos chamaram de *syntaxis* (como Apolônio Díscolo, séc. II d.C.), e os romanos de *coniunctio uerborum*, como Varrão e Agostinho (Var., *De Ling Lat*, VIII, 1;10; Aug., *De dial.*, I, 1, 1; II, 2, 17), ou de *constructio* (como Prisciano, séc. VI d.C.)?

Para examinar o conceito de “sintaxe”, tomando como ponto de partida o *De dialectica*, de Agostinho²¹, e para compreensão desse problema, não se pode desconsiderar a posição desse texto nessa longa tradição. Parte-se do pressuposto teórico de que a ideia de “transferência tecnológica”, sustentada por Auroux (1992) não se realiza sem adaptações contextuais, adequações aos gêneros e ao possível interlocutor de cada obra em particular. Portanto, o exame da questão em uma obra “sobre a dialética” não pode receber o mesmo tratamento daquele que é sustentado,

²⁰ Em recente dicionário de Linguística, no verbete “classe natural”, R. L. Trask (2011), sem maiores problematizações, afirma pura e simplesmente que: “quase todas as palavras do inglês, ou de qualquer outra língua, caem naturalmente num número muito pequeno de classes: as **partes do discurso ou classes de palavras**, tais como a dos substantivos, dos verbos e dos adjetivos”. Mais à frente, no verbete “partes do discurso”, o renomado linguista inglês afirma que: “partes do discurso: cada uma das classes gramaticalmente caracterizadas em que são agrupadas as palavras de uma língua”. Ora, seria de nos perguntar: qual a origem dessa definição de classes como entidade “natural” na descrição das línguas modernas? É claro que a definição de Trask não espelha a multiplicidade de abordagens possíveis sobre o tema nos estudos contemporâneos da Linguística. A título de exemplificação do que afirmamos, poderíamos afirmar que o conceito de “classes” de palavras nem sempre encontra equivalentes em todas as abordagens teóricas. Talvez não se aplique, por exemplo, àquilo que os gerativistas chamam, ao menos em uma das versões de sua teoria, de “constituente”: “um constituinte é uma unidade sintática construída hierarquicamente, embora se apresente aos olhos como uma sequência de letras ou aos ouvidos como uma sequência de sons” (Mioto, Silva e Lopes, 2005, p. 41). Conforme os autores explicam, em seu manual, os constituintes podem ser de diferentes naturezas, sintagma nominal (NP – *Noun Phrase*), sintagma verbal (VP – *Verb Phrase*), sintagma preposicional (PP – *Prepositive phrase*) etc.

²¹ Trabalho de Doutorado em andamento, realizado por Fernando Adão de Sá Freitas: “A formação da metalinguagem gramatical greco-romana: o conceito de sintaxe entre a gramática e a dialética” (título provisório).

por exemplo, em um tratado exclusivo de gramática antiga, como talvez pudéssemos pensar do *De lingua Latina*, de Varrão ou das *Institutiones grammaticae*, de Prisciano.

Agostinho, no *De dialectica*, destaca que:

A dialética é a ciência do disputar bem. Disputamos, em todo o caso, com palavras. As palavras, como se sabe, ou são simples ou são compostas. Palavras simples são aquelas que significam uma única coisa, como quando dizemos: *Homo* [homem], *equus* [cavalo], *disputat* [disputa], *curris* [corres]. Não te espantes que *disputat* [disputa], ainda que tenha sido composta de duas partes é, todavia, enumerada entre as [palavras] simples²². (Agostinho, *De dial.*, I, 1)

As palavras compostas são as que, tomadas no conjunto, significam muitas coisas, como quando dizemos: *homo ambulat* [o homem caminha] ou *homo festinans in montem ambulat* [o homem que se apressa caminha na montanha] e algumas semelhantes²³. (Agostinho, *De dial.*, I, 2)

Nesses trechos, observamos que Agostinho pontua que “o fazer dialético” se processa através do uso de palavras simples (*uerba simplicia*) e palavras compostas (*uerba coniuncta*). Em prol de uma leitura que poderia depreender uma reflexão de caráter “sintático” em Agostinho (afinal, sua reflexão se move para o exame do comportamento das palavras colocadas em seu conjunto na frase), não se pode perder de vista que a sua orientação é antes de tudo movida pelo interesse em mapear essa forma particular de organização do discurso lógico – por ele nomeada de ‘dialética’. Em todo caso, essa reflexão é uma pequena amostra de como conceitos que hoje nos acostumamos a limitar ao âmbito de uma discussão propriamente gramatical, no

²² Cf. *Dialectica est bene disputandi scientia. Disputamus autem utique verbis. Verba igitur aut simplicia sunt aut coniuncta. Simplicia sunt quae unum quiddam significant ut cum dicimus "homo, equus, disputat, currit". Nec mireris, quod "disputat" quamvis ex duobus compositum sit tamen inter simplicia numeratum est.* (Agostinho, *De dial.*, I, 1).

²³ Cf. *Coniuncta verba sunt quae sibi conexa res plures significant, ut cum dicimus "homo ambulat" aut "homo festinans in montem ambulat" et siquid tale.* (Agostinho, *De dial.*, I, 2). Explicitamos, acima, a primeira definição de Agostinho a respeito desses termos. Contudo, no parágrafo 3, por exemplo, ele nos mostra como são feitas as copulações das sentenças simples e compostas. Para Agostinho, a sentença: “todo homem anda” [*omnis homo ambulat*] (*De dial.*, I, 3) é simples, pois ela não está acoplada a nenhuma outra sentença. Por outro lado, a sentença: “Se caminha, move-se” [*si ambulat, movetur*] (*De dial.*, I, 3) é composta, já que é formada de duas sentenças acopladas.

mundo antigo, dadas as mútuas relações entre poética, retórica, gramática e filosofia, poderiam ser esparsamente desenvolvidas em tratados de diferentes naturezas.

O estudo dos tratados antigos como evidências sociolinguísticas

Considerando as obras antigas como evidências sociolinguísticas, poderíamos dar o exemplo da Dissertação de Mestrado “A *ars grammatica* de Diomedes: Reflexos do bilinguismo greco-latino” (Rocha, 2015). Partindo do pressuposto de que o manual de Diomedes, datado dos anos finais do século IV d.C. (LAW, 2003, p. 66; BARATIN, 1994, p. 143), havia sido publicado na região outrora correspondente ao Império Romano do Oriente (mais precisamente nas proximidades de Constantinopla), Rocha propôs-se a analisar o *corpus* sob uma perspectiva sociolinguística, de modo a verificar possíveis reflexos de um presumido bilinguismo greco-latino na maneira como a construção e o desenvolvimento conceitual se apresentavam na obra.

A gramática de latim, cuja metalinguagem se apresenta, majoritariamente, em língua latina, revelou inúmeros elementos gregos em sua composição, tais como expressões, sentenças, nomenclatura e, por vezes, trechos de explicação gramatical em língua grega, exemplificando fenômeno semelhante ao que hoje os sociolinguistas qualificam como *code-switching*: a alternância de códigos que tipifica o discurso de usuários em diferentes graus de bilinguagem (BIVILLE, 2004, p. 45).

Entre os diferentes fenômenos de aproximação de uso das línguas grega e latina na obra, que podem exemplificar um grau maior ou menor de comprometimento do grego e do latim como uma metalíngua na obra em questão, a alternância do emprego no âmbito de uma mesma frase pareceu ser o tipo de ocorrência que melhor poderia informar algo sobre o leitor daquele texto, um usuário provavelmente capacitado à compreensão das duas línguas, visto que o câmbio entre o uso de uma língua e outra parece acontecer de forma natural, como vemos em Diomedes:

Com efeito, assim como não existe voz sem vogal, não existe também sem acento. É o acento, conforme alguns corretamente consideraram, como que a “alma” da voz. O acento é falado junto ao canto, é algo

quase como o canto das sílabas. Por isso, do mesmo modo, entre os gregos era dito προσφῶδία, pois προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς [“cantavam as sílabas”]²⁴. (Diomedes, I, 430-436)

No trecho acima, Diomedes se refere ao grego para explicar sobre o acento latino. Diomedes menciona o termo grego equivalente προσφῶδία e, ao final de sua explicação, passa imediatamente para o grego dizendo “προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς”, o que pode significar uma explicação de ordem etimológica, que diga algo sobre o próprio termo técnico empregado, mas, em todo caso, é oferecida, sem tradução, numa gramática que, a princípio, quer dizer algo sobre o latim.

Questões ligadas à identidade linguística latina e grega

Macróbio (IV a. C.) foi um filósofo neoplatônico latino que nos legou um tratado gramatical intitulado *De differentiis uel societatibus uerborum Graeci Latini*. Como o título indica, o tratado se esforça em traçar de forma sistematizada uma comparação entre os verbos gregos e latinos, a partir de um pressuposto de base, caro às doutrinas gramaticais antigas, de que ambas as línguas eram naturalmente ligadas entre si: “a natureza deu à língua grega e à latina uma cogação por demais próxima”²⁵ (Macr., *De diff.*, GL, 633, 5).

O *De differentiis* muitas vezes é referido pela literatura (ROCHETTE, 2010) como a obra que tem a pretensão de fazer uma equiparação entre ambas as línguas, destacando-se do seu prefácio uma alusão feita ao exórdio de *Ándria*²⁶ (Terêncio) ao lermos: “aquele que aprender um pouco qualquer uma das duas artes, ambas conhecerá”²⁷ (Macr., *De diff.*, GL, 633, 8).

Ao defender uma cogação comum entre o grego e o latim, vislumbra-se de antemão, uma maneira particular de defender uma identidade cultural comum que unificasse gregos e latinos, fato não sem complicações quando se pensa, ademais, nas fronteiras propriamente linguísticas entre as duas línguas de cultura efetivamente

²⁴ Cf. *nam ut nulla uox sine uocali est, ita sine accentu nulla est; et est accentus, ut quidam recte putauerunt, uelut anima uocis. accentus est dictus ab accinendo, quod sit quasi quidam cuiusque syllabae cantus. apud Graecos quoque ideo προσφῶδία dicitur, quia προσάδεται ταῖς συλλαβαῖς.*

²⁵ Cf. *Graecae Latinaeque linguae coniunctissimam cognationem natura dedit.*

²⁶ *Qui utramvis recte norit ambas noverit* (Terêncio, *Andr.*, 10).

²⁷ Cf. *propemodum qui utramuis artem didicerit ambas noverit.*

empregadas pelos diferentes grupos sociais. Entretanto, o problema suscita ainda outras questões: a que tipo de finalidade se impunha um texto que pretende sistematicamente, comparar o grego e o latim? Que relações se pode fazer entre esse esforço de subscrição de uma identidade “greco-romana” e as condições de uma sociedade cada vez mais latina, a ocidente, e grega, a oriente, se é que uma vez, de fato, teria havido, ao menos nas instâncias intelectuais, algo como um pensamento unificado?

A resposta que a leitura de Macróbio pode nos oferecer não é desprovida de relevância para a reconstrução do ideário linguístico antigo, tampouco aponta soluções semelhantes às que se encontram na própria tradição latina.

Um relevante contraponto possível consiste em recuarmos ao período republicano, quando a helenização de Roma talvez se fizesse mais sensível aos intelectuais (SANTINI et alii, 2006; MEILLET, 1977). As obras filosóficas de Cícero, por exemplo, contêm diversas passagens que elucidam as opiniões de seu tempo acerca do uso do latim na filosofia, disciplina provida de tradição e terminologia já estabelecidas em grego. Nos preâmbulos dos tratados-diálogos filosóficos de Cícero, é sempre debatida a aptidão do latim para se falar sobre temas da filosofia²⁸; a partir disso transparece a visão, vigente no período republicano tardio, de que o latim, caso comparado ao grego, não estaria à altura do discurso filosófico (cf. DENCH, 2013; FÖGEN, 1999, 2000; MÜLLER, 2001).

Com efeito, se se empreende um exame mais aprofundado do “clima de opinião”, para nos valermos da terminologia de Koerner (1989), sobre a expressividade da língua latina na Antiguidade Clássica, revela-se-nos uma constatação inesperada: ao compararem-na ao grego, os autores latinos lhe atribuíram qualificadores nada lisonjeiros, como “pobre” e “insuficiente”, e o *topos* do *patrii sermonis egestas*, “pobreza da língua materna”, estabelecia-se como discurso corrente (FÖGEN, 2000)²⁹.

²⁸ Cf. *Academica* 1, 3-4; *De natura deorum*, 1, 1; *De finibus bonorum et malorum* 1, 1-3; *Tusculanae disputationes* 1, 1-5; *De Officiis*, 1, 1.

²⁹ Mostra-se patente, assim, como a historicidade e a variabilidade agem não exclusivamente sobre as línguas em si, mas igualmente sobre os juízos de valor produzidos a respeito delas. O contraste entre atitudes antigas e contemporâneas em face do latim auxilia-nos a mostrar as contradições presentes em concepções – frequentemente defendidas em materiais didáticos e gramáticas latinas – de que o latim seria uma língua superior, estimulante para o intelecto, para a concentração e para a atividade

Todavia, é preciso verificar mais detalhadamente o modo como os autores se apropriavam desse lugar-comum, para produzir, não obstante, avançadas reflexões identitárias sobre suas línguas. Cícero, nos *Acadêmicas*, empreende não somente uma defesa do uso filosófico da língua latina como também uma reflexão sobre a presença do grego no latim, bem como sobre a tradução de termos técnicos da filosofia.

Nessa obra, o orador parece demonstrar uma atitude positiva e experimental quanto ao uso de sua língua materna, porquanto deixa claro que também a língua grega não possuía, *a priori*, o instrumental técnico adequado à discussão filosófica; esse precisou igualmente ser construído por uma tradição até que passasse a representar, justamente, um dos aspectos identitários da língua. A novidade de determinados temas filosóficos para a tradição latina trazia, por si, a dificuldade de formular termos precisos e adequados para tratá-los. Além disso, é perceptível a consciência de Cícero sobre a incorporação de vocábulos gregos na língua latina, advindos do contato entre as culturas helênica e romana. Isso é, com efeito, o que se pode depreender da leitura do seguinte excerto introdutório das *Acadêmicas*, em que são interlocutores Varrão e Ático:

“(...) certamente, portanto, vocês permitirão que, em assuntos inusitados, utilizemos palavras que ainda não se ouviram, assim como fazem os próprios gregos, por quem já há muito tempo essas matérias vêm sendo tratadas”.

“Nós permitiremos, de fato, que se possa usar até mesmo palavras gregas quando quiseres, caso porventura as latinas falharem”, diz Ático.

“Certamente, você está me prestando um grande auxílio; no entanto, farei o possível para falar em latim, a não ser que se trate de certas palavras, como ‘filosofia’, ‘retórica’ ou ‘dialética’, as quais, assim como muitas outras, utilizam-se usualmente no lugar das latinas” (*Ac.*, 1.6-7. 24-25)³⁰.

A fala de Varrão, como personagem do diálogo, testemunha a novidade do

científica. A esse respeito, veja-se os prefácios de diversos métodos de latim analisados por Amarante em tese defendida em 2013.

³⁰ Cf. “(...) *dabitur enim profecto ut in rebus inusitatis, quod Graeci ipsi faciunt a quibus haec iam diu tractantur, utamur uerbis interdum inauditis.*”

“*Nos uero*”, inquit Atticus; “*quin etiam Graecis licebit utare cum uoles, si te Latina forte deficient.*”

“*Bene sane facis; sed enitar ut Latine loquar, nisi in huiusce modi uerbis, ut philosophiam aut rhetoricam aut physicam aut dialecticam appellem, quibus ut aliis multis consuetudo iam utitur pro Latinis.*”

tratamento de temas filosóficos em latim e argumenta pela naturalidade desse fato, posto que “o fazem os próprios gregos, por quem já há muito tempo essas matérias vêm sendo tratadas”. Apesar da visível dificuldade em se evitar os termos técnicos gregos, Varrão busca se esforçar por fazê-lo e por valer-se o máximo possível do léxico latino. Um tal empreendimento se mostrava essencial para os que latinos, com o uso e a ampliação de seus meios de expressão linguísticos, se aproximassem, em reconhecimento cultural, ao modelo legado pelos gregos, tão admirado e almejado pelos romanos.

Algumas palavras finais

Se olhados em conjunto, os trabalhos a que fizemos alusão no último item permitem uma abordagem dos textos gramaticais antigos que propicie um diálogo efetivo com os temas que ainda mobilizam os linguistas de nosso tempo quando se debruçam sobre as línguas vivas e seus discursos. Contribuições oriundas de diferentes campos, tais como da Historiografia da Linguística – campo teórico que tentei mobilizar aqui –, mas também a Teoria da Tradução, da Filologia e mesmo da Filosofia da Linguagem poderiam ser evocados, com pertinência, para a compreensão desse subconjunto de textos antigos. Restaria, entretanto, para possibilitar um tratamento transversal consistente a esses estudos, ponderarmos um pouco mais sobre o tipo de ecletismo teórico e metodológico que seria possível, bem como sobre a unidade ou diversidade de objetivos que possam mobilizar esses estudos no âmbito das modernas ciências da linguagem.

Contudo, gostaria de finalizar ressaltando que, ao nos resguardarmos de certos princípios teóricos que nos previnem de assumir apropriações indevidas dos textos do passado, não temos, todavia, a pretensão de apreendermos de forma inequívoca e historicamente “neutra” a doutrina gramatical antiga. Para isso, mais do que as ferramentas de análise à nossa disposição, seria necessário participarmos de uma espécie de invocação dos mortos – uma *vékυια* – tal qual tal qual aquela que Jonathas Swift atribui ao seu famoso personagem nas *Viagens de Gulliver*, obra de 1736.

Antes de seu retorno à Europa, os viajantes decidem passar por Glubbdudrib, a ilha toda composta de feiticeiros ou mágicos, onde ele participa de estranho banquete. Nessa ilha, o anfitrião, possuidor de poderosa faculdade de necromancia, permite a Gulliver travar diálogos com os maiores gênios mortos do passado. Homero, Aristóteles, Sófocles, Eurípides, César, Bruto, Lucrecia, Descartes, uma profusão de sábios do passado entram em contato com Gulliver, corrigindo o discurso que seus pósteros fizeram sobre suas obras.

Nessa hipótese – possível somente mesmo na literatura –, talvez nos encontrássemos agora em posição inversa: antes de sermos aqueles responsáveis pelo exame e avaliação dos que nos precedem, talvez eles próprios digam algo daquilo que comentamos sobre suas obras. Em todo caso, seria bastante constrangedor ouvir dos gramáticos algo semelhante ao que Gulliver ouve de Homero e dos tragediógrafos, bem contrário à opinião geral que a crítica ocidental fez de suas obras:

Tive vontade de ver Homero; apareceu-me, conversei com ele e perguntei o que pensava acerca de sua *Iliada*. Declarou-me que ficara surpreso com os excessivos louvores que lhe teciam havia três mil anos; que o seu poema era medíocre (...) e que ficara assombrado porque, visto a sua língua estar morta, e ninguém lhe conhecer as belezas, o espírito e as finuras, achava ainda pessoas muito estúpidas que o admiravam. (...) Sófocles e Eurípides troçaram principalmente dos nossos sábios modernos que, obrigados a reconhecer os disparates das antigas tragédias quando eram traduzidas, sustentavam, no entanto, que em grego é que se encontravam as belezas e era preciso saber esse idioma para apreciar corretamente (SWIFT, 1950 [1736], p. 246).

Bibliografia

1. Autores antigos

APOLLONIUS DYSCOLUS. *Appolonii Dyscoli quae supersunt*. In: SCHNEIDER, R. & UHLIG, G. *Grammatici Graeci*, 1-3. Leipzig: Teubner, 1878-1910 (republicado: Hildesheim: Olms, 1965).

CICERO. *Academica*. Edição e notas de James S. Reid. Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1966.

CICERO. *De finibus bonorum et malorum*. Edição de T. E. Page e W. H. D. Rouse. Tradução de H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge/Massachussets: Harvard University Press, 1914.

CICERO. *De natura deorum, Academica*. Edição de E. D. Warmington. Tradução de H. Rackham. The Loeb Classical Library. Cambridge/ Massachussets: Harvard University Press, 1967 [1933].

CICERO. *On duties*. Edição de M. Griffin e E. M. Atkins. Cambridge: CUP, 1991.

CICERONE. *Opere politiche e filosofiche: I termini estremi del bene e del male. Discussioni tuscolane. La natura degli déi. Volume II*. Edição e tradução de Nino Marinone. Torino: Unione Tipografico – Editrice Torinese, 1955.

DIOMEDES. *Diomedis ars*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, I, 299-529. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

MACRÓBIO. *De differentiis et societatis Graeci Latiniq ue uerbi*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*, vol. 5, 599-629. Leipzig: Teubner, 1868.

SANTO AGOSTINHO. *De dialectica*. Traduzido por Darrel Jackson e editado por Jan Pinborg. Dordrecht: Reidel Publishing Company, 1975.

TERÊNCIO. *Andria*, In *P. Terenti Afri Comoediae*. ed. R. Kauer; W. M. Lindsay; O. Skutsch, 1958.

VARRÃO. *M. Opere di Marco Terenzio Varrone*. Edição e Tradução de Antonio Traglia. Torino: Classic Latini, 1974.

2. Estudos modernos

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. [Trad. Eni Orlandi]. Campinas, UNICAMP, 1992.

- BARATIN, M. Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, Jan & DESMET, Piet (ed.) *Florilegium historiographiae linguisticae* – Études d'historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy. Peeters: Louvain-la-Neuve, 1994.
- BIVILLE, F. *Bilinguisme gréco-latin et épigraphie*. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée – Jean Pouilloux, 2004.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. Londres: George Allen & Unwin ltd., 1967 [1933].
- CAMARA Jr., J. M. *História da Lingüística*. [Trad. Maria do Amparo B. Azevedo]. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DENCH, E. Cicero and Roman identity. In: STEEL, C. (org.) *The Cambridge Companion to Cicero*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- DESBORDES, F. *Idées grecques et romaines sur le langage* – travaux d'histoire et d'épistémologie. Lion: ENS editions, 2007.
- FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução à história das línguas*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Parábola, 2005.
- FÖGEN, T.. *Patrii sermonis egestas: Einstellungen lateinischer Autoren zu ihrer Muttersprache*. München/ Leipzig: Saur Verlag, 2000.
- FÖGEN, T.. Spracheinstellungen und Sprachnormbewusstsein bei Cicero. *Glotta*, 75, n. 1/2, 1999, pp. 1-33. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40267067>>. Acesso em: 18 de março de 2016.
- JESPERSEN, O. *Language – its nature, development and origin*. Londres: George Allen & Unwin ltd., 1968 [1922].
- LAW, V. The historiography of grammar in the early Middle Ages. In: _____. *History of Linguistic Thought in the Early Middle Ages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- LAW, V. *The History of Linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução de B. Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. [Trad. Rosa V. M. Silva e Hélio Pimentel]. São Paulo: Nacional, 1979.
- MIOTO, C., SILVA, M. C. & LOPES, R. *Novo manual de sintaxe*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- MOUNIN, G. *História da Lingüística: das origens ao século XX*. [Trad. F. J.

- Hoppffer Rego]. Porto: Despertar, 1970.
- MÜLLER, R. *Sprachbewusstsein und Sprachvarietäten im lateinischen Schrifttum der Antike*. München: C. H. Beck, 2001.
- NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- PEREIRA, M. A. O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.
- ROBINS, R. H. *Ancient & mediaeval grammatical theory in Europe*. Londres: G. Bell & Sons, 1951.
- ROCHA, E. L. F. *A ars grammatica de Diomedes: Reflexos do bilinguismo greco-latino*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.
- ROCHETTE, B. Greek and Latin Bilingualism. In: BAKKER, E. J. (org.). *A companion to the ancient Greek language*. Blackwell Publishing, West Sussex, 2010, pp. 281-294.
- SAUSURRE, F. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- SWIGGERS, P. A Historiografia da Linguística: objetos, objetivos, organização. Tradução de Cristina Altman. *Conferência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. n. 44/5, p. 39-59, jul./dez. 2013.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da Linguística: objetos, objetivos, organização. Tradução de Cristina Altman. *Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. n. 44/5, p. 39-59, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/?cat=32>, acesso em 10 mar. 2015.
- TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. Revisão Técnica de Ingedore Villaça Koch e Thaís Cristófaró Silva. São Paulo: Contexto, 2011.

Recebido em Julho de 2016
Aprovado em Agosto de 2016

